



**Como a liberdade
acadêmica é monitorada
internacionalmente:**

*Panorama das principais metodologias
e diagnósticos sobre o tema*



Como a liberdade acadêmica é monitorada internacionalmente

Panorama das principais metodologias e diagnósticos sobre o tema

Realização



CENTRO DE ANÁLISE
DA LIBERDADE E
DO AUTORITARISMO

Somos uma instituição independente e apartidária de pesquisas interdisciplinares, comprometida em produzir e disseminar conhecimento sobre a qualidade do estado de direito e da democracia. Nosso objetivo é monitorar as manifestações do autoritarismo e de repressão às liberdades para fundamentar a mobilização da sociedade civil e a defesa das liberdades.

Apoio

samambaia
FILANTROPIAS

A realização desta publicação foi possível devido ao apoio da Samambaia Filantropias.

Licença



Este conteúdo está sob licenciamento Attribution 4.0 International (CC BY4.0)

Gestão

Conrado Hübner Mendes (Diretor Presidente), Rafael Mafei Rabelo Queiroz (Diretor Vice-Presidente), Adriane Sanctis (Diretora e Gerente de Pesquisa) e Carolina C.B. Cooper (Gerente de estratégia e operações).

Junho de 2022

Responsáveis pelo projeto

Pesquisa e redação:

Adriane Sanctis de Brito, Anna Carolina Venturini, Danyelle Reis Carvalho, Fernando Romani Sales, Maria Fernanda Assis

Edição

Iara Crepaldi

Identidade Visual

Atonal Studio

Diagramação

Karina Hissae Ossugui

Sugestão de Citação

Brito A. S.; Venturini A. C.; Carvalho D. R.; Sales F. R.; Assis M. F. (2022). *Como a liberdade acadêmica é monitorada internacionalmente: panorama das principais metodologias e diagnósticos sobre o tema*. São Paulo. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT)

Índice

Prefácio	04
-----------------	-----------

Introdução	06
-------------------	-----------

Análises <i>sobre</i> democracia	07
---	-----------

Estudos <i>sobre</i> liberdade de expressão	15
--	-----------

Avaliações <i>com</i> foco na liberdade acadêmica	17
--	-----------

Investigações <i>sobre</i> aspectos do ambiente acadêmico	32
--	-----------

Prefácio

A educação é uma das instituições fundamentais da democracia e tem ampla proteção pela Constituição de 1988 e pela legislação brasileira. O [artigo 205](#) da Constituição estipula que a educação é um dever do Estado e da família e que deve ser promovida visando o pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho. Quando regula a Constituição, a [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB](#) estabelece os objetivos da educação em seus diferentes níveis: a educação básica deve promover o desenvolvimento pessoal e a qualificação profissional ([artigo 22, LDB](#)), enquanto as instituições de ensino superior (IES) devem formar profissionais nas diferentes áreas do saber, além de alcançar a tríade ‘ensino, pesquisa e extensão’ ([artigo 207](#)). Isso significa, por exemplo, que as IES devem ser ambientes estimulantes ao desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo e da criação cultural ([artigo 43, LDB](#)).

Tais determinações são importantes porque incentivam o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura, assim como o conhecimento e a solução de problemas presentes na sociedade. O acervo acumulado de saberes e práticas, atualizado e intermediado pelas universidades, é patrimônio da humanidade, sendo papel das IES garantir seu conhecimento e sua aplicação por e para todos. A execução desses valores desempenha papel fundamental nos regimes democráticos, por possibilitar aos cidadãos avaliar, criticar e propor formas de aprimoramento das mais diversas áreas da vida, bem como o desenvolvimento das instituições políticas e democráticas ([Principios Interamericanos sobre Libertad Académica y Autonomía Universitaria](#), CIDH, 2021).

Diferentemente, em regimes políticos autoritários ou marcados por um processo de erosão democrática é historicamente comum que a educação e seus desdobramentos – como a liberdade acadêmica e a autonomia universitária – sejam atacadas e controladas pelo regime no poder. Estes regimes tentam silenciar a oposição e alinhar a produção do conhecimento científico aos seus interesses, como já ocorreu em outros momentos da história política brasileira ([A autonomia universitária no direito brasileiro](#), LAUT e Nexo PP, 2021).

Nos últimos anos, instituições internacionais de pesquisa – como o Instituto *V-Dem* (*Democracy Reports*) – apontam uma percepção de declínio democrático no país. Os constantes ataques à educação brasileira são fatores importantes nesse declínio (*Autocratization Turns Viral. Democracy report, V-Dem, 2021*).

Nesta série de relatórios, o LAUT situa eventos recentes no país a partir de informações sobre a liberdade acadêmica no mundo e suas relações com o declínio democrático. As análises buscam fornecer ferramentas para avançar na resposta à pergunta geral: quais fatores devemos monitorar para proteger a liberdade acadêmica da onda autoritária no Brasil? Para tanto, apresentamos iniciativas, ao redor do globo, que já monitoram a liberdade acadêmica; um retrato e uma sistematização dos ataques com maior repercussão midiática à liberdade acadêmica no país; as formas pelas quais o direito protege e regula a liberdade acadêmica e eventuais problemas da regulamentação existente; e, por fim, um estudo das ameaças à liberdade acadêmica a partir das percepções de docentes e pesquisadores de variadas IES.

Introdução

Ameaças à liberdade acadêmica têm, cada vez mais, chamado a atenção de centros de pesquisas que investigam a qualidade dos regimes políticos e da liberdade de expressão, de organizações internacionais e não governamentais (ONGs) que lutam pela defesa dos direitos humanos, e de instituições que buscam promover e proteger direitos de docentes, discentes e pesquisadores. Esses diversos atores têm desenvolvido ferramentas de monitoramento das mais variadas para compreender o “estado de coisas” da liberdade acadêmica e fazer recomendações para sua proteção.

Embora exista consenso sobre a importância da liberdade acadêmica para os regimes democráticos, o seu monitoramento não é tarefa simples, especialmente por envolver contextos institucionais e políticos diversos. Cada uma das iniciativas atuais de monitoramento traz reflexões importantes e parâmetros concretos de avaliação e proteção da liberdade acadêmica. Esse relatório reúne essas iniciativas, com foco em seus objetivos, suas escolhas metodológicas e seus resultados. Conjuntamente, esses monitoramentos expõem o quadro complexo da liberdade acadêmica no mundo e jogam luz aos desafios de se monitorar ataques e ameaças a essa liberdade.

Análises sobre democracia

Importantes iniciativas recentes que tratam da liberdade acadêmica têm escopos temáticos mais amplos, que a consideram dentro de contextos de qualidade democrática ou garantia de liberdades. Uma das principais iniciativas de mensuração do estado da democracia global, o Varieties of Democracy, inclui a liberdade acadêmica como um dos fatores de análise em suas publicações anuais, **Democracy Reports**. O projeto é promovido pelo **Instituto V-Dem**, entidade de pesquisa independente – vinculada ao **Departamento de Ciência Política** da Universidade de Gotemburgo, na Suécia – cuja intenção também é se aproximar de atores políticos e da sociedade civil em torno do mesmo objetivo de zelar pela democracia.

Os relatórios do V-Dem sobre democracia se baseiam em uma **metodologia** que categoriza os países do globo como: democracia liberal, democracia eleitoral, autocracia eleitoral ou autocracia fechada. Para isso, lançam mão de um esquema conceitual básico que avalia a democracia a partir de cinco índices, que são, de forma crescente: (1) índice eleitoral; (2) índice liberal; (3) índice participatório; (4) índice deliberativo e (5) índice igualitário. Cada índice é composto por variados indicadores que se acumulam nos índices posteriores. Por exemplo, o índice eleitoral é o primeiro pois incorpora os elementos essenciais para o alcance da ideia central da democracia: **“tornar os governantes responsivos aos cidadãos por meio de eleições periódicas”**. O índice eleitoral é composto por cinco grupos de indicadores (ver tabela 1), que são conteúdo obrigatório também dos demais índices. No índice eleitoral, o V-Dem leva em conta a real liberdade de expressão percebida pelos regimes políticos, que engloba o nível de censura praticado pelo governo sobre as mídias e a internet, a liberdade de discussão feminina e masculina, como também a **liberdade de expressão cultural e acadêmica**.

TABELA 1

V-DEM | Democracy Reports

<i>O que é analisado para saber se uma democracia satisfaz o Índice eleitoral?</i>	1. Liberdade de expressão e fontes alternativas de informação: esforço de censura do governo sobre a mídia; assédio a jornalistas; autocensura, viés/parcialidade, perspectivas e crítica da mídia; liberdade de expressão independente de gênero; liberdade de expressão acadêmica e cultural .
	2. Liberdade de associação: proibição, obstáculos e oposição à autonomia de partidos; eleições multipartidárias; repressão e participação de organizações da sociedade civil.
	3. Parcela da população com direito ao voto.
	4. Qualidade do jogo eleitoral: autonomia e competências do sistema eleitoral; manipulação do jogo eleitoral pelo governo, como compra de votos ou corrupção do fundo eleitoral e outras irregularidades.
	5. Qualidade do sistema representativo: sistema bicameral (Câmara e Senado), composição e nomeação de comissões temáticas, nomeação de cargos comissionados, interlocução entre Executivo e Legislativo na escolha de cargos como ministros do Estado e de tribunais superiores.

<i>O que é analisado para saber se uma democracia satisfaz o Índice liberal?</i>	Além dos componentes do índice eleitoral, serão analisados: Igualdade perante a lei e liberdade individual: rigor e imparcialidade da burocracia da administração pública; leis transparentes e de implementação determinada e previsível; acesso igualitário à justiça independente do gênero; liberdade contra tortura, assassinatos políticos, trabalho forçado; liberdade religiosa; outras liberdade civis para nacionais e estrangeiros (ir e vir, associação, manifestação etc). Restrições judiciais ao Executivo: respeito da Constituição pelo Executivo; obediência ao Judiciário, em especial, à Suprema Corte; independência da Suprema Corte e dos tribunais inferiores. Restrições legislativas ao Executivo: questionamentos, fiscalização e investigação pela legislatura de membros do Executivo.
<i>O que é analisado para saber se uma democracia satisfaz o índice participatório?</i>	Além dos componentes do índice eleitoral, serão analisados: Participação da sociedade civil: consulta, qualidade do ambiente participativo e escolha de membros e diversidade nas organizações da sociedade civil (OSC's em geral). Voto popular direto: aspectos formais e materiais das iniciativas de candidatura como limite de tempo e de participação para a coleta de assinaturas e a quantidade de candidaturas civis, em oposição a militares, por exemplo; realização de referendos, plebiscitos e outros mecanismos de voto popular para mudanças constitucionais. Aspectos dos governo locais e regionais
<i>O que é analisado para saber se uma democracia satisfaz o índice deliberativo?</i>	Além dos componentes do índice eleitoral, serão analisados: Tomada de decisões fundamentadas; bem comum; respeito ao contraditório; responsividade das instituições ao bem comum e à sociedade organizada.
<i>O que é analisado para saber se uma democracia satisfaz o índice igualitário?</i>	Além dos componentes do índice eleitoral, serão analisados: Igualdade de proteção: igualdade de classe em respeito a liberdades civis; igualdade entre grupos sociais em respeito a liberdades civis; população com menos liberdades civis. Igualdade na distribuição de recursos: políticas universalistas; igualdade de educação e saúde. Igualdade de acesso: distribuição de poder por gênero; distribuição de poder por posição socioeconômica; distribuição de poder por grupo social.

Fonte: Varieties of Democracy (V-Dem) Project. Structure of V-Dem Indices, Components, and Indicators. v. 11.1, 2021, pág. 2. (tradução livre e adaptação do LAUT)

A principal metodologia utilizada pelo *V-Dem* para compor seus índices é a agregação de avaliações de especialistas (*expert judgments*) consultados por meio de questionários (*surveys*), na tentativa de produzir estimativas válidas de conceitos de difícil observação. No último relatório (2022), por exemplo, mais de 3.700 especialistas de 202 países responderam ao material do *V-Dem*. As perguntas apresentam opções de respostas com diferentes graus de valoração. No caso da variável referente à liberdade acadêmica e de expressão cultural, a pergunta e as opções de resposta apresentadas aos especialistas são as seguintes:

Há liberdade acadêmica e liberdade de expressão cultural relacionada a questões políticas?

Opções de resposta:

0: Não [é] respeitada pelas autoridades públicas.

Censura e intimidação são frequentes. As atividades acadêmicas e expressões culturais são severamente limitadas ou controladas pelo governo.

1: Fragilmente respeitadas pelas autoridades públicas.

A liberdade acadêmica e a liberdade de expressão cultural são praticadas ocasionalmente, mas as críticas diretas ao governo sofrem, em grande parte, repressão.

2: Parcialmente respeitadas pelas autoridades públicas.

A liberdade acadêmica e a liberdade de expressão cultural são praticadas rotineiramente, mas fortes críticas ao governo são, às vezes, enfrentadas com repressão.

3: Majoritariamente respeitadas pelas autoridades públicas.

Há poucas limitações à liberdade acadêmica e à liberdade de expressão cultural, e as sanções resultantes tendem a ser raras e brandas.

4: Totalmente respeitadas pelas autoridades públicas.

Não há restrições à liberdade acadêmica ou à expressão cultural.

(V-DEM, Democracy Report 2018. Democracy for all?, 2018, pág. 9, tradução livre). Nos cinco relatórios de análise das democracias que o V-Dem produziu até então (2018-2022), a liberdade acadêmica, desde o início, foi uma variável.

Relatório de 2018

Democracia para todos?

Em *Democracy for all?* (Democracia para todos?), a organização utilizou os julgamentos de especialistas sobre a percepção real de variados aspectos da democracia, como a questão da liberdade acadêmica. O objetivo foi o de partir do “cidadão – e não da unidade territorial em que vive – (...) para capturar quantas pessoas vivem seus direitos democráticos e liberdades” (pág. 6). A conclusão foi a de que, inclusive em democracias liberais – o grau democrático mais alto na metodologia do V-Dem –, “alguns grupos são sistematicamente postos em desvantagens do acesso ao poder político” (pág. 6). O relatório não menciona nenhum resultado específico sobre a liberdade acadêmica, mas conclui que as liberdades comunicacionais em geral estão sob o ataque, em especial a de expressão e de imprensa. O Brasil foi citado na lista de países com tendências à autocratização e a ataques às liberdades comunicacionais (págs. 5-6 e 19-23.).

Alguns grupos são sistematicamente postos em desvantagens do acesso ao poder político

— V-Dem, Democracy for all?

Democracia encarando desafios globais

Em *Democracy Facing Global Challenges*, o instituto buscou explorar os motivos para o declínio das democracias. O documento cita três desafios principais: 1) manipulação da mídia, da sociedade civil, das eleições e do Estado de Direito pelo governo; 2) polarização política tóxica em crescimento e, por fim, 3) desinformação intensificada pelas mídias digitais (pág. 5). Tais desafios estão presentes ao redor do globo, de acordo com o relatório, mas se intensificam nos 24 países que “foram severamente atacados pelo o que ficou conhecido como a ‘terceira onda da autocratização’”. Dentre eles, países populosos como **Brasil**, Índia e Estados Unidos, assim como países da Europa Oriental, como Bulgária, Hungria, Polônia e Sérvia” (pág. 5).

Os ataques à liberdade acadêmica aparecem como um dos fatores de uma das erosões democráticas recentes mais notáveis: a da **Hungria**, que passou de **democracia liberal** para **democracia eleitoral**. Desde as eleições de 2014, o partido no poder no país (Fidesz) promoveu mudanças por meio do direito e de procedimentos informais para restringir uma ampla gama de instituições democráticas e do Estado de Direito. São exemplos: “a liberdade de imprensa, de associação, de expressão, **acadêmica**” (pág. 26). Já o **Brasil** é classificado como uma **democracia eleitoral em processo de erosão**. Aqui, o clima político é descrito como: “altamente polarizado, desde os anos que antecederam a eleição do populista de extrema direita Jair Bolsonaro à presidência” (pág. 22-23).

Os ataques ao “pluralismo da mídia, liberdades culturais e acadêmicas e a polarização substantiva da sociedade” são identificados como chaves centrais para a leitura da erosão democrática no Brasil

Autocratização Aumenta — Resistência Cresce

Em *Autocratization Surges — Resistance Grows*, o instituto parte do diagnóstico de que, pela primeira vez desde 2001, as autocracias são a maioria ao redor do globo — presentes em 92 países, sendo que 54% da população vive em regimes autocráticos ou em autocratização. Os ataques à liberdade de expressão e de imprensa também se intensificaram; e 31 países estavam em alerta em comparação com 19 países em 2018. Em 2020, o V-Dem também criou **um indicador específico para monitorar a qualidade do espaço cívico e acadêmico**, em colaboração com Global Public Policy Institute (GPPi), Scholars at Risk, e Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg (FAU). Por meio dele, concluiu que “a liberdade acadêmica registrou um declínio médio de 13% nos países em autocratização nos últimos 10 anos” (pág. 6).

Novos indicadores do V-Dem sobre o Espaço Cívico e Acadêmico mostram sinais de autocratização em toda a sociedade:

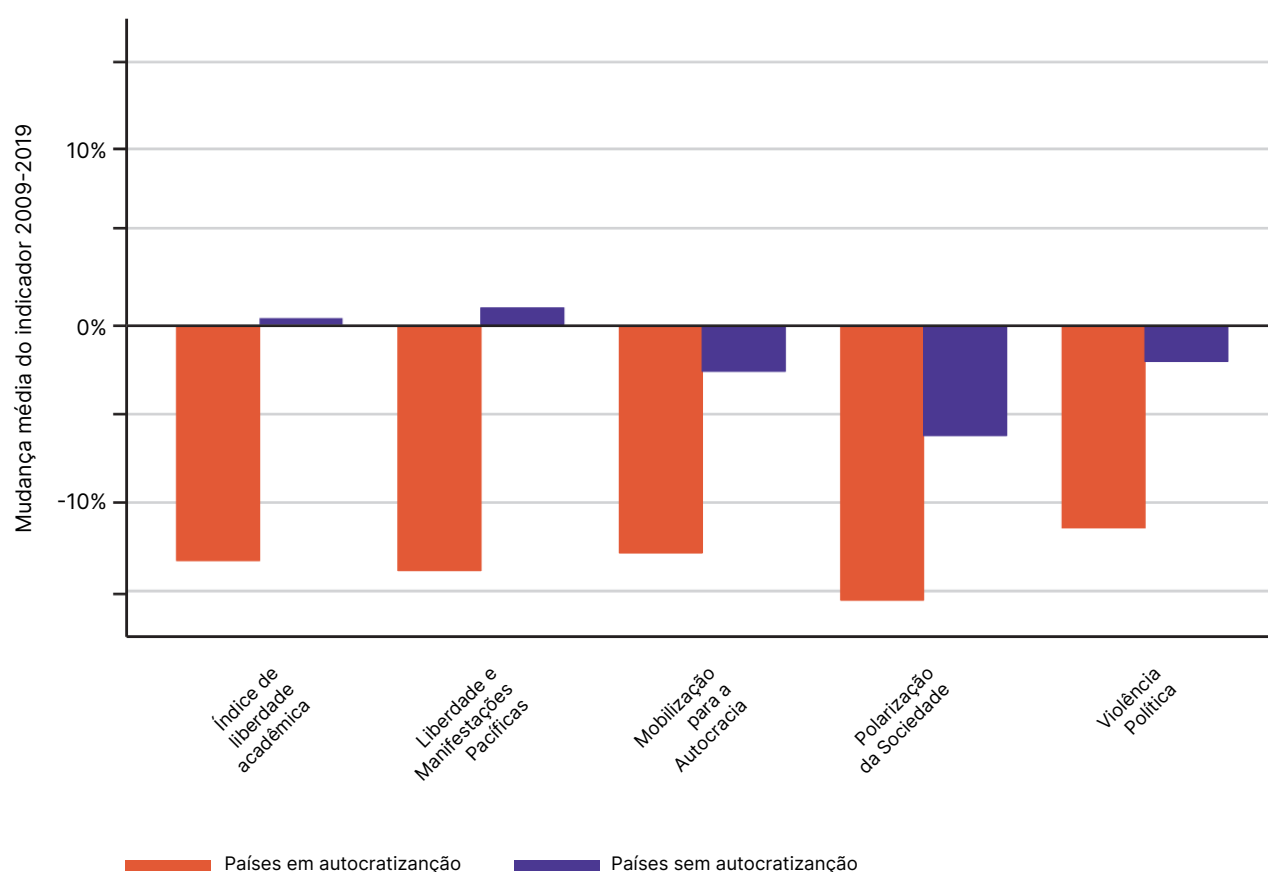
- A liberdade acadêmica teve decréscimo, em média, 13% em países em autocratização nos últimos dez anos;
- O direito à manifestação e protestos pacíficos caiu por volta de 14% em países em autocratização;
- Polarização tóxica, protestos em massa pró-autocracias e violência política subiram em muitos países em autocratização, como o Brasil e a Polônia.

Fonte: V-Dem, *Autocratization Surges - Resistance Grows*, 2020, pág. 6 (tradução livre)

Figura 1

Espaço cívico e acadêmico variação média – (2009-2019)

Todos os indicadores têm sido redimensionados do 0 (não democráticos) para o 1 (democráticos). Valores baixos no Índice de Liberdade Acadêmica e o indicador de Liberdade de Reunião Pacífica significam níveis baixos de democracia; para os outros três indicadores, valores baixos significam um nível alto de democracia, por exemplo, de Mobilização para a Autocracia.



Fonte: V-DEM, *Autocratization Surges – Resistance Grows*, 2020, pág. 21

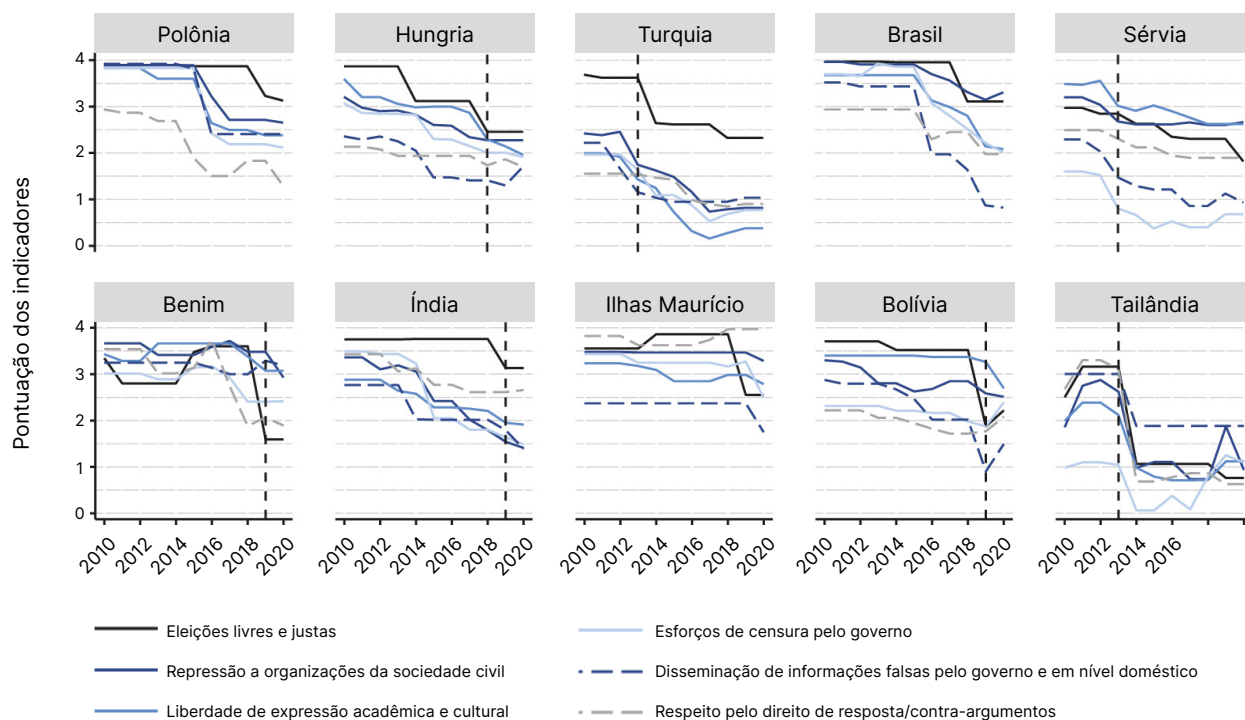
Autocratização viraliza

No primeiro relatório após o início da pandemia da Covid-19 – *Autocratization Turns Viral*, as conclusões práticas foram: 1) a pandemia intensificou o retrocesso democrático (“*Pandemic Backsliding*” - PanDem); 2) o processo de autocratização continua em curso: “o nível de democracia que vive a média global das pessoas em 2020 é mais baixa do que a de 1990” (pág. 8); 3) **o Brasil está entre os dez países com maior declínio em seu nível democrático** (pág. 8); 4) os ataques à liberdade de expressão e a repressão à sociedade civil continuam subindo (pág. 8).

Após o quinto ano de relatório, o instituto se sente seguro para traçar um padrão do fenômeno que analisa de perto – “a terceira onda de autocratização”. Conclui que ela segue um padrão similar nos países. Primeiro, os governantes atacam a mídia/imprensa, **a academia (universidades e outras instituições de educação)** e a sociedade civil. Então, avançam contra os seus críticos espalhando **desinformação com o maquinário do governo**, a fim de alimentar a polarização. Apenas como o último passo, promovem **mudanças que atingem o centro da democracia**, desconfigurando o desenho legal/institucional do país, por exemplo, modificando regras eleitorais, para promover a permanência do governante no poder (pág. 22). Tal padrão evidencia a importância em se monitorar a liberdade acadêmica, dentre outros indicadores, para estabelecer se o país está passando pelo processo de autocratização e qual é o seu estágio.

Figura 2

Tendências na autocratização – estudos de casos



Fonte: V-DEM, *Autocratization Turns Viral*, 2021, pág. 22

Autocratização mudando de natureza?

O último relatório publicado pelo V-Dem, em 2022, *Autocratization Changing Nature?* chega a conclusões gerais similares às do relatório de 2021. No entanto, os números que evidenciam o declínio democrático são maiores e alguns agravantes foram reportados. O principal deles é a escalada das ditaduras – de 25 países no ano anterior para 30, englobando 26% da população mundial. O surgimento de novas “autocracias fechadas” (págs. 7-8) e o fortalecimento das antigas demonstram que a autocratização pode estar mudando de natureza: são cada vez mais comuns ações que atacam o cerne da democracia. Ou seja, não satisfeitos com a repressão e polarização intensa da sociedade civil, os líderes autocráticos empreendem mudanças em partes estruturais da democracia, como o funcionamento normal do jogo eleitoral. Nesse cenário, o enfoque do relatório são as medidas mais robustas de autocracias fechadas, como os primeiros passos da ofensiva da Rússia, liderada pelo ditador Vladimir Putin, à Ucrânia.

A ‘epidemia de golpes de Estado’ em 2021 sugere que as ações mais robustas da autocratização estão se tornando comuns

— V-Dem, Democracy Reports, 2022 (pág. 7-8)

Dessa vez, a liberdade acadêmica tem menção sob outra lente. Em nota conceitual, o V-Dem lança uma proposta aos líderes de regimes democráticos, o *International Scientific Panel on Democracy* - IPSD (Painel Científico Internacional da Democracia). A ideia é a de que o Painel seja um equivalente ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e “forneça aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre os desenvolvimentos democráticos, suas implicações para as virtudes (e limitações) da democracia, bem como apresente orientações científicas sobre a resiliência e proteção democráticas”. (pág. 40) Nessa proposta, **a liberdade acadêmica aparece como uma das instituições que fortalecem a democracia**, que devem ser encarados pelos governantes a partir de avaliações de especialistas/cientistas.

Linha do tempo

Democracy Reports – Instituto V-Dem

2018 – Democracia para todos?

Mesmo em **democracias liberais e consolidadas** alguns grupos são **sistematicamente excluídos** do acesso aos **direitos e liberdades básicas**, como o **poder político**.

O Brasil é mencionado no rol de democracias frágeis, com tendências à **autocratização** que agravam o fenômeno da exclusão. As **violações às liberdades comunicacionais e a polarização política** são tendências da erosão democrática.

Acesse [↗](#)

2019 – Democracia encarando desafios globais

Há um padrão da crise democrática, e os ataques ao “pluralismo da mídia, **liberdades culturais e acadêmicas** e a polarização substantiva da sociedade” são identificados como chaves centrais.

As violações se intensificam no **Brasil** e nos demais 23 países vivenciam a “terceira onda da autocratização”. O Brasil é mencionado no rol de democracias frágeis, com tendências à autocratização que agravam o fenômeno da exclusão. As violações às liberdades comunicacionais e a polarização política são tendências da erosão democrática.

[Acesse ↗](#)

2020 – Autocratização Aumenta – Resistência Cresce

Pela primeira vez no século, a **crise democrática alcança a maioria no mundo**: 54% da população vive em regimes autocráticos ou em autocratização.

O V-Dem cria um indicador específico para **monitorar a qualidade do espaço cívico e acadêmico e concluiu** que a liberdade acadêmica registrou um declínio médio de 13% nos países em autocratização nos últimos 10 anos”.

[Acesse ↗](#)

2021 – Autocratização viraliza

“O nível de democracia que vive a média global das pessoas em 2020 é mais baixa do que a de 1990”. Nesse cenário, o **Brasil está entre os dez países com maior declínio** em seu nível **democrático**.

A pandemia da covid-19 intensificou o retrocesso democrático e **os ataques às universidades e à ciência é um dos mecanismos centrais dos governos autocráticos**.

[Acesse ↗](#)

2022 – Autocratização mudando de natureza?

O surgimento de novas “autocracias fechadas” (págs. 7-8) e o fortalecimento das antigas demonstram que a autocratização pode estar mudando de natureza: são cada vez mais comuns ações que atacam o cerne da democracia, como o funcionamento normal do jogo eleitoral.

O relatório propõe aos líderes de democracia: a criação do Painel Científico Internacional da Democracia (IPSD). No painel, **a liberdade acadêmica aparece como um dos componentes da democracia**, que devem ser encarados pelos governantes a partir de avaliações de especialistas.

[Acesse ↗](#)

Estudos sobre liberdade de expressão

Uma outra iniciativa de caráter temático mais amplo do que a liberdade acadêmica, mas que a considera no seu espectro de avaliação da liberdade de expressão é o monitoramento realizado anualmente pela **Artigo 19**. A organização não-governamental de direitos humanos tem como uma de suas missões defender e promover os direitos à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo.

A atuação da Artigo 19 parte de um amplo projeto chamado *Agenda de expressão*, que compreende cinco grandes focos de pesquisa e inserção prática: espaço cívico, direitos digitais, liberdade de mídia, proteção de comunicadores e acesso à informação e transparência. A partir deles, a ONG pretende “acompanhar diferentes aspectos e maneiras de proteger direitos e liberdades” e fortalecer “instrumentos nacionais e internacionais para garantia da liberdade de expressão e do direito à informação em realidades diversas”. Além dessas cinco sub-áreas de atuação, a organização produz um relatório anual sobre o estágio da liberdade de expressão ao redor do mundo, *The Global Expression Report (Relatório de Expressão Global)*. Seu objetivo é refletir não apenas sobre os direitos dos jornalistas e da sociedade civil, mas também sobre a qualidade da troca de informações a partir da livre expressão de certos grupos, como acadêmicos e organizações não governamentais.

O monitoramento se baseia em 25 indicadores relacionados à liberdade de expressão, a exemplo: censura governamental da mídia e da internet, transparência de leis e sua aplicabilidade (*enforcement*), liberdade de discussão para homens e mulheres, liberdade religiosa, liberdade de associação e, **no âmbito acadêmico, a “liberdade acadêmica, de expressão cultural e de intercâmbio acadêmico”**. O estudo se vale da escolha metodológica desenvolvida pelo V-Dem, que consulta especialistas da área para mensurar o grau de “liberdade de intercâmbio acadêmico” percebido em determinados contextos. Para isso, parte de uma pergunta com cinco opções de resposta:

Pergunta

Até que ponto os acadêmicos são livres para trocar e comunicar ideias e descobertas de pesquisa?

Opções de resposta:

- 0: Completamente restrito.** O intercâmbio e disseminação acadêmica está, em todas as disciplinas, consistentemente sujeito à censura, autocensura ou outras restrições.
- 1: Severamente restrito.** O intercâmbio e a divulgação acadêmica estão, em algumas disciplinas, consistentemente sujeitos à censura, autocensura ou outras restrições.
- 2: Moderadamente restrito.** O intercâmbio e a divulgação acadêmica estão ocasionalmente sujeitos à censura, autocensura ou outras restrições.

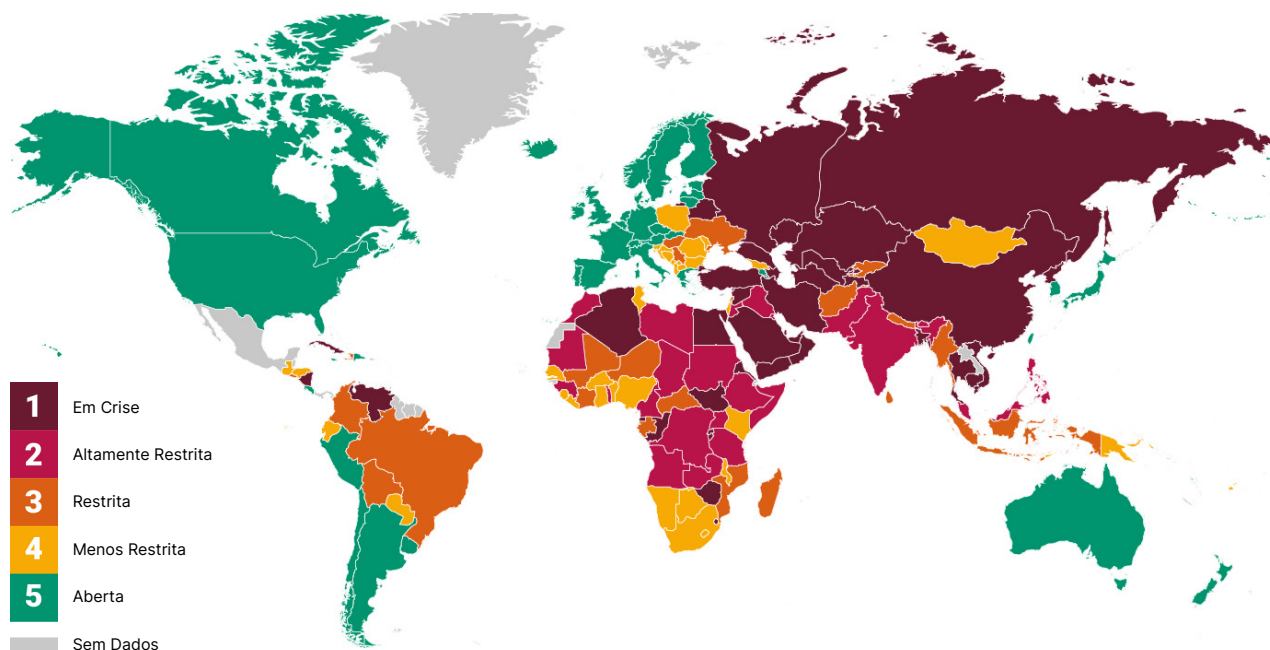
- 3: Majoritariamente livre.** O intercâmbio e a divulgação acadêmica raramente estão sujeitos à censura, à autocensura ou a outras restrições.
- 4: Totalmente livre.** O intercâmbio e a divulgação acadêmica não estão sujeitos a censura, autocensura ou outras restrições. (Article 19, *The Global Expression Report 2021: The state of freedom of expression around the world, 2021*, pág. 171).

Os resultados do relatório de 2021 apontam que a avaliação do estado da liberdade de expressão nas Américas foi a mais baixa da década. O estudo explicitou que “as Américas estão sendo atingidas por líderes populistas, muitos dos quais envenenaram o ambiente informacional por meio de negacionismo e desinformação durante a pandemia” (pág. 13). Especificamente sobre o cenário brasileiro (pág. 20-21), o ambiente informacional do país foi classificado como “restrito”, avaliação que fica em posição intermediária na escala do estudo, que vai de “livre” (melhor cenário) a “em crise” (pior cenário).

Naquela edição, o Brasil apareceu na 86ª posição do ranking desenvolvido pela Artigo 19, entre 161 países avaliados. O relatório aponta que, em 2020, ao menos 254 violações contra jornalistas e comunidades foram identificadas. Além disso, foram registrados 20 casos de violações graves, entre elas ameaças de morte, tentativas de assassinato e assassinatos. A queda na avaliação da qualidade do espaço informacional e de expressão no país fez com que o Brasil despencasse na pontuação final observada. Em 2015, por exemplo, o país marcou 86 pontos na escala da Artigo 19, enquanto em 2020 a pontuação atingiu 52 (pág. 64-65).

Figura 3

Resultados Globais



Fonte: Article 19, *The Global Expression Report 2021*, pág. 20-21

Avaliações com foco na liberdade acadêmica

Algumas iniciativas recentes têm a própria liberdade acadêmica como escopo, a partir de variados entendimentos de seu conceito e componentes, como os estudos da University and College Union (UCU), da Scholars at Risk (SAR), da Relatoria Especial de proteção e promoção da liberdade de expressão e opinião de órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), e do Global Public Policy Institute (GPPi), detalhados a seguir.

Academic Freedom International Study

Em 2019, a **University and College Union (UCU)** fez um estudo comparativo internacional sobre o **estado da liberdade acadêmica em cinco países: Myanmar, Colômbia, Israel, Palestina e Zimbábue**. O *Academic Freedom International Study (Estudo Internacional de Liberdade Acadêmica)* destacou as **principais restrições à liberdade acadêmica** em cada um dos países, além de atos de resistência na interação entre academia e sociedade civil. Esses países foram escolhidos por apresentarem um contexto nacional que possibilita a análise de ofensas e de proteção à liberdade. A análise pressupõe que as liberdades dentro das sociedades se reforçam mutuamente. Assim, a disponibilidade de liberdades econômicas, políticas, sociais e culturais gera influência sobre as liberdades pedagógicas e acadêmicas. A partir dessa relação, a iniciativa apresentou um quadro exemplificativo de elementos que compõem a liberdade acadêmica. Nessa abordagem, **a liberdade acadêmica abrange direitos, liberdades, formas de proteção e participação civil categorizados em cinco perspectivas: política, econômica, cultural, social e pedagógica**.

Ao fazer a análise do “estado da arte da liberdade acadêmica” em cada um dos cinco países, o estudo destacou, em alguns momentos e a partir de exemplos, as correlações e interdependências entre as cinco perspectivas de liberdades (ver tabela 2).

TABELA 2

UCU | Academic Freedom International Study

Matriz de componentes da liberdade acadêmica

<i>Perspectiva</i>	<i>Instituições de Ensino / Professores</i>	<i>Alunos</i>
<i>Política</i>	→ Disposições legais que permitem a proteção dos acadêmicos; → Participação em todas as etapas de governança; → Liberdade de pesquisar sem restrições políticas de conteúdos; → Direitos de protesto e de associação.	→ Acesso e participação nas estruturas decisórias; → Direitos de protesto e de associação.
<i>Econômica</i>	→ Liberdade das instituições para realizar e participar de contratos, angariar fundos e estabelecer taxas; → Direito dos professores a salários mínimos e acordos coletivos, existência de recursos adequados para pesquisar, realização de contratos permanentes e participação em processos orçamentários.	→ Acesso livre de constrangimentos econômicos relacionados a materiais didáticos e de acomodação; → Fornecimento de recursos como espaço de estudos, journals/periódicos científicos; → Disponibilidade de aconselhamento acadêmico; → Bolsas de estudo e a paridade com o setor privado.
<i>Cultural</i>	→ Direito de ensino na língua nativa dos docentes; → Inclusão de minorias nas instituições; → Ensino de conteúdos locais que foquem na história e em livros didáticos locais.	→ Acesso a instruções e material didático na língua local; → Tratamento justo e encorajador de minorias; → Atendimento de refugiados; → Respeito a questões religiosas.
<i>Social</i>	→ Representação regional; → Proteção minoritária; → Equidade de gênero; → Inclusão de professores com deficiência.	→ Idade mínima para admissão; → Representação regional; → Proteção minoritária; → Equidade de gênero; → Inclusão de estudantes com deficiência.
<i>Pedagógica</i>	→ Acesso a treinamentos em andamento e a redes acadêmicas; → Manutenção de padrões de qualidade.	→ Avaliações justas e transparentes; → Transparência na conclusão e divulgação de resultados.

Fonte: University College Union. *Academic Freedom International Study*, 2009, pág.5 (tradução livre e adaptação do LAUT)

Academic Freedom Monitoring Project

Uma segunda iniciativa de monitoramento dos diversos elementos que podem compor e dialogar com a noção de liberdade acadêmica é proposta pela **Scholars at Risk (SAR)**. A organização atua como uma rede de proteção e assistência internacional a acadêmicos que sofrem violações graves em suas realidades locais, tais como assédios, perseguições e atentados. Um de seus projetos, que serve também como fórum de denúncias, o *Academic Freedom Monitoring Project* (Projeto de Monitoramento da Liberdade Acadêmica) visa monitorar a qualidade da liberdade acadêmica ao desenvolver uma compreensão ampla do volume e da natureza dos ataques aos acadêmicos e ao ensino superior em escala global. A ação também busca encontrar respostas efetivas de proteção aos ataques observados.

Portanto, identifica e monitora incidentes envolvendo um ou mais dos seis tipos de condutas que constituem violações à liberdade acadêmica e/ou aos direitos humanos dos acadêmicos. São elas: (1) assassinatos, violência e desaparecimentos; (2) prisão/detenção incorreta; (3) acusação judicial incorreta; (4) restrições de viagem ou movimentação; (5) perda da posição acadêmica; (6) outros eventos significativos, que não são abarcados pelas cinco categorias anteriores, mas são igualmente encorajados a serem reportados pelas vítimas ao SAR (ver tabela 3).

TABELA 3

SAR | Academic Freedom Monitoring Project

Tipos de ataques à liberdade acadêmica monitorados no Academic Freedom Monitoring Project (Scholars at Risk)

<i>Assassinatos, violência e desaparecimentos</i>	<i>Prisão/detenção incorreta</i>	<i>Acusação judicial incorreta</i>	<i>Restrições de viagem ou movimentação</i>	<i>Perda da posição acadêmica</i>	<i>Outros eventos significativos</i>
Incidentes relevantes incluem: * Mortes e desaparecimentos. * Retaliação por conteúdo ou conduta acadêmica. * Desaparecimentos por meio de prisão, detenção, sequestro ou outra privação de liberdade.	Incidentes relevantes incluem: * Prisão, interrogatório, detenção e/ou acusação de acadêmicos. * Acusações falsas, em retaliação à expressão de opiniões acadêmicas.	Incidentes relevantes incluem: * Processos administrativos, civis ou criminais contra acadêmicos. * Procedimentos pelos chamados “danos à reputação”.	Incidentes relevantes incluem: * Restrições legais, administrativas ou físicas de viagem dentro de um estado e entre estados. * Restrições arbitrárias à capacidade de obtenção de visto pelos acadêmicos.	Incidentes relevantes incluem: * Dispensa, expulsão, perda de promoção ou outra penalidade profissional em razão de: • Declarações em sala de aula; • Pesquisas;	Incidentes relevantes incluem: * Ocupação ou o fechamento de campus de ensino superior. * Destruição de instalações, materiais ou infraestruturas. * Assédio sistemático e/ou ameaças contra acadêmicos.

*Recusa em revelar o destino ou paradeiro dos acadêmicos.	* Retaliação contra outro exercício dos direitos humanos.	* Negação de futuras permissões de viagem.	• Atividades de associação profissional ;	* Limites sistemáticos no acesso ao ensino superior.
* Agressões físicas violentas que causam sérios danos.	fundamentais: Liberdade de expressão, de associação, direito a protesto.	* Retaliação por tentativa de viagem ou após o retorno da viagem.	• Envolvimento com liderança ou política educacional.	* Discriminação sistemática com base em gênero, raça ou outros motivos.
* Espancamentos, tiroteios ou outros ferimentos com armas e tortura.				

Fonte: Scholars at Risk. *Methodology of the Academic Freedom Monitoring Project*, págs. 14-15 (tradução livre e adaptação do LAUT)

O projeto recebe denúncias de ataques (*incident reports*) à liberdade acadêmica, tendo por base as seis categorias acima apresentadas, que são reportadas por redes de profissionais do ensino superior com atuação em direitos humanos. Fontes secundárias dos eventos/ataques, como mídia e relatórios de ONGs, são corroboradas com as fontes primárias, isto é, com as denúncias e depoimentos das vítimas, testemunhas ou até mesmo dos próprios perpetradores. Após o recebimento das denúncias a equipe do SAR verifica e avalia se os incidentes reportados se enquadram nas categorias do projeto e, confirmado o enquadramento, inclui o caso no banco de dados da organização a fim de estudar respostas efetivas de proteção e assistência (ver tabela 4).

TABELA 4

SAR | Academic Freedom Monitoring Project

Ataques reportados ao ensino superior (abril 2021- abril 2022)

<i>Assassinatos, violência e desaparecimentos</i>	70 casos
<i>Prisão/detenção incorreta</i>	58 casos
<i>Acusação judicial incorreta</i>	21 casos
<i>Restrições de viagem ou movimentação</i>	5 casos
<i>Perda da posição acadêmica</i>	32 casos
<i>Outros eventos significativos</i>	25 casos

Fonte: Scholars at Risk. *Academic Freedom Monitoring Project*, 2021-2022, págs. 14-15 (tradução livre do LAUT)

Free to Think

O *Academic Freedom Monitoring Project* resulta em relatórios anuais de pesquisa que mapeiam ataques às comunidades de ensino superior ao redor do mundo. Os *Free to Think Reports* são publicados anualmente desde 2015, destacando países e comunidades acadêmicas que sofreram ataques em diferentes escalas nos anos anteriores às publicações.

O relatório de 2019 apresenta uma série de ataques ocorridos em campi universitários brasileiros durante as eleições presidenciais de 2018, marcadas por fortes embates político-ideológicos. Nesta edição, primeira em que o Brasil é citado desde o início da série histórica produzida pelo SARs (2015), o país é citado como um caso notório de ataques à liberdade acadêmica. São destacadas, por exemplo, as decisões da Justiça Eleitoral brasileira que permitiram a realização de buscas e apreensões pela Polícia Federal em diversas universidades federais. As operações policiais apreenderam materiais com conteúdo de suposta propaganda eleitoral irregular, além de interromperem aulas e eventos, interrogaram docentes, discentes e funcionários universitários, e confiscaram faixas estudantis se posicionando contra o fascismo (pág. 55).

[Há] uma onda de pressões politicamente motivadas sobre as universidades brasileiras, incluindo ataques a campi, ameaças e ataques a estudantes pertencentes a minorias, e legislações que ameaçam as atividades e os valores fundamentais das universidades

— Scholars at Risk (SAR), Free to Think, 2019

Brasil

No Brasil, especialmente, o SAR invoca as autoridades estatais e acadêmicas para:

- tomar medidas razoáveis para **garantir a segurança da comunidade acadêmica – docentes, estudantes e funcionários**, incluindo para investigar os incidentes e responsabilizar os violadores;
- **abster-se de declarações ou ações, incluindo propostas de políticas, que estigmatizam a comunidade acadêmica** ou que de outra forma corroem as condições de segurança, liberdade acadêmica ou autonomia institucional dentro e entre as instituições de educação superior brasileiras.

Já a edição de 2020 do relatório destacou, por exemplo, medidas legais adotadas pelo governo brasileiro que ameaçaram a autonomia institucional universitária e a liberdade acadêmica. Foram mencionadas as Medidas Provisórias editadas pelo presidente Jair Bolsonaro que alteraram o processo de escolha e nomeação de reitores universitários, ao excluir a participação da comunidade acadêmica e desconsiderar as listas tríplices elaboradas pelos Conselhos Universitários (pág. 97).

Scholars at Risk in the Americas

A SAR lançou, ainda, o projeto *Scholars at Risk in the Americas* (Acadêmicos em risco nas Américas) em parceria com o **Centro de Educação e Pesquisa em Direitos Humanos** (*Human Rights Research and Education Centre - HRREC*) da **Universidade de Ottawa**, no Canadá. O relatório resultante da colaboração, *Threats to Academic Freedom in the Americas* (*Ameaças à liberdade acadêmica nas Américas*) monitorou **situações de risco à liberdade acadêmica no contexto do ensino superior de sete países** do continente americano: Brasil, Canadá, Colômbia, Haiti, Honduras, México e Venezuela. O estudo foi encaminhado como subsídio para o relatório de 2020 da **Relatoria Especial de Liberdade de Opinião e Expressão** (*Special Rapporteur on Freedom of Expression*) da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, que será tratado mais adiante.

A partir do diagnóstico e da divulgação do material, o objetivo do projeto é atuar na defesa (*advocacy*) de casos selecionados e auxiliar na criação de uma rede de proteção nos países das Américas para incentivar novas atuações de *advocacy*, difusão de informações e desenvolvimento de um aparato jurídico protetivo à liberdade acadêmica (pág. 4).

O estudo utilizou notícias jornalísticas e relatórios de pesquisas locais como as principais fontes de seleção dos casos de interferência à liberdade acadêmica nos países selecionados. Os casos narrados, que não exaurem a totalidade de eventos, apresentam um sumário de incidentes exemplificativos das **três principais tendências de interferência à liberdade acadêmica percebidas no contexto analisado**: (i) limitações à autonomia universitária e restrições orçamentárias; (ii) repressão violenta e intimidação das vozes estudantis; e (iii) violência de gênero (ver tabela 5).

TABELA 5

Scholars at Risk in the Americas

Tendências de interferência na liberdade acadêmica - Scholars at Risk in the Americas

<i>Limitações à autonomia universitária e restrições orçamentárias</i>	<i>Repressão violenta e intimidação das vozes estudantis</i>	<i>Violência de gênero</i>
Exemplos: → Pronunciamentos do <u>presidente</u> Bolsonaro e do então <u>ministro da Educação</u>, Abraham Weintraub, sobre a retirada de recursos de áreas específicas do conhecimento (filosofia e sociologia) e sua transferência para áreas de “retorno imediato” à sociedade (engenharia, medicina). → <u>Mudanças normativas</u> que excluíram as ciências humanas do rol prioritário dos projetos de pesquisas acadêmicas no triênio de 2020-2023.	Exemplos: → <u>Decisões</u> da Justiça Eleitoral que permitiram buscas e apreensões de materiais com propaganda eleitoral e a interrupção de aulas em universidades federais por parte da polícia federal durante as eleições presidenciais de 2018. → Criação de canais de denúncia e o incentivo a <u>filmagens</u> de aulas por suposta “<u>doutrinação</u>” educacional e “proselitismo político”.	Exemplos: → Assassinato de estudante mexicana pelo namorado no campus da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Fonte: Scholars at Risk in the Americas. *Threats to Academic Freedom in the Americas*, 2020, págs. 17-19 (tradução livre e adaptação do LAUT).

Academic Freedom Index

Outro instrumento de monitoramento amplo das diversas dimensões da liberdade acadêmica trata da iniciativa conjunta entre o **Global Public Policy Institute (GPPi)**, o **Scholars at Risk (SAR)**, o **Instituto Varieties of Democracy (V-Dem)** e a **Friedrich-Alexander-Universität (FAU)**. Juntas, essas organizações desenvolveram o *Academic Freedom Index - AFi* (*Índice de Liberdade Acadêmica*). O AFi se dispõe a monitorar, específica e integralmente, o estado da liberdade acadêmica no mundo a partir de diversos critérios de análise. Também tem por objetivos informar as partes interessadas no ensino superior, fornecer parâmetros de monitoramento, alterar estruturas de incentivo, desafiar rankings universitários, facilitar a pesquisa e, em última instância, promover a liberdade acadêmica.

Outros índices e rankings, a exemplo dos realizados pelo Instituto V-Dem e pelo Artigo 19, monitoram a liberdade acadêmica ao redor do mundo, mas apenas enquanto um dos componentes de avaliação de outros valores mais amplos, como democracia e liberdade de expressão. O AFi, em contrapartida, representa uma metodologia própria para monitorar o grau de liberdade acadêmica percebida por especialistas em contextos específicos. É composto por oito indicadores, sendo que: (a) cinco deles capturam elementos chave na realização prática (*de facto*) da liberdade acadêmica e são medidos por meio de avaliações codificadas por especialistas consultados via questionários (*expert-coded indicators*), e (b) três verificam a adoção ou não de compromissos normativos (*de jure*) assumidos pelos Estados para promover a liberdade acadêmica (ver tabela 6).

TABELA 6

GPPi | Academic Freedom Index (AFi)

	<i>Critérios de avaliação</i>	<i>Perguntas respondidas</i>	<i>Forma de avaliação</i>
<i>Elementos chave na realização prática (de facto) da liberdade acadêmica</i>	→ Liberdade de pesquisar e ensinar	Até que ponto os acadêmicos são livres para desenvolver e buscar suas próprias agendas de pesquisa e ensino sem interferência?	Percepção de especialistas consultados por pesquisa (survey) (expert-coded)
	→ Liberdade de intercâmbio acadêmico e disseminação	Até que ponto os acadêmicos são livres para trocar e comunicar idéias e descobertas de pesquisa?	
	→ Autonomia institucional	Até que ponto as universidades exercem na prática a autonomia institucional?	
	→ Integridade dos campi universitários	Até que ponto os campi estão livres de vigilância por motivos políticos ou de violações de segurança?	
	→ Liberdade acadêmica e de expressão cultural	Existe liberdade acadêmica e liberdade de expressão cultural relacionada a questões políticas?	

Compromissos normativos (de jure) assumidos ou não pelos Estados para promover a liberdade acadêmica	→ Proteção constitucional à liberdade acadêmica	Existem disposições constitucionais para a proteção da liberdade acadêmica?	Dados factuais (factual data)
	→ Proteção internacional à liberdade acadêmica	O Estado é parte do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e adotou, sem reservas, o artigo 15 (direito à ciência)?	
	→ Existência ou não de universidades ativas	As universidades (alguma vez) existiram neste país?	

Fonte: Global Public Policy Institute. *Free Universities: Putting Academic Freedom Index Into Action*.

Katrin Kinzelbach et. al., 11/03/2021, pág. 23 (tradução livre e adaptação do LAUT)

Para avaliar os cinco primeiros indicadores que compõem o AFi, os especialistas de diversos países respondem a perguntas com cinco opções de resposta, que variam a partir do nível de restrição ao componente da liberdade acadêmica avaliado (do completamente restrito ao totalmente livre). A título ilustrativo, para auferir o grau da liberdade de pesquisar e ensinar – o primeiro dos cinco indicadores *de facto* do AFi –, foi feita a seguinte pergunta:

Pergunta

Até que ponto os acadêmicos são livres para desenvolver e prosseguir suas próprias agendas de pesquisa e ensino sem interferência?

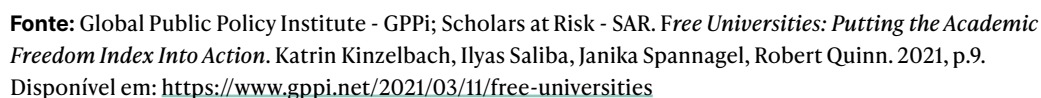
Opções de resposta:

- 0: Completamente restrito.** Ao determinar sua agenda de pesquisa ou currículos de ensino, os acadêmicos estão, em todas as disciplinas, consistentemente sujeitos à interferência ou incentivados à autocensura.
- 1: Severamente restrito.** Ao determinar sua agenda de pesquisa ou currículo de ensino, os acadêmicos estão, em algumas disciplinas, consistentemente sujeitos à interferência ou incentivados à autocensura.
- 2: Moderadamente restrito.** Ao determinar sua agenda de pesquisa ou currículo de ensino, os acadêmicos estão ocasionalmente sujeitos a interferência ou incentivados à autocensura.
- 3: Majoritariamente livres.** Ao determinar sua agenda de pesquisa ou currículo de ensino, os acadêmicos raramente são sujeitos a interferência ou incentivados à autocensura.
- 4: Totalmente livres.** Ao determinar sua agenda de pesquisa ou currículo de ensino, os acadêmicos não estão sujeitos à interferência ou incentivados à autocensura. (Global Public Policy Institute, *Free Universities: Putting the Academic Freedom Index into action*, 2021, pág. 7, tradução livre e grifos do LAUT)

Os demais indicadores *de fato* seguem a mesma lógica de perguntas e opções de resposta, que variam entre “completamente restrito” até “totalmente livre”.

A última edição publicada do AFi, em 2020, avaliou o estado da liberdade acadêmica no mundo e classificou os países observados a partir dos resultados obtidos com a aplicação das informações e fontes consultadas aos critérios desenvolvidos. Na avaliação de 2020 o Brasil foi classificado como escala “C” no nível da qualidade da liberdade acadêmica percebida no país. A avaliação do AFi parte de uma escala que classifica os países entre “A” até “E”, sendo “A” a melhor posição e “E” a pior. Na América do Sul, apenas o Brasil e a Colômbia foram classificados na escala “C”, enquanto a Venezuela ficou na escala “D”. Todos os demais países receberam avaliações melhores, ficando na escala “A” ou “B” (pág.9).

Níveis Globais de Liberdade Acadêmica 2020:
Grupos de Status de acordo com o Índice de Liberdade Acadêmica



Report on academic freedom and the freedom of opinion and expression

Outro documento que apresenta visão panorâmica da liberdade acadêmica é o Report on academic freedom and the freedom of opinion and expression (*Relatório sobre a liberdade acadêmica e a liberdade de opinião e expressão*), de autoria da **Relatoria Especial de proteção e promoção da liberdade de expressão e opinião** da **Organização das Nações Unidas (ONU)**. O órgão entende a liberdade de expressão e opinião como um direito humano fundamental básico, condição para o exercício de vários outros direitos fundamentais e variável importante no monitoramento da qualidade das democracias. Tem como tarefa produzir estudos anuais sobre as temáticas alvo de maior destaque na discussão e prática da liberdade de expressão.

Nos últimos anos, os temas desses estudos conectam-se aos **ataques ou omissões recorrentes dos Estados membros em aspectos da liberdade de expressão como a vigilância, o discurso de ódio online, a liberdade artística, a liberdade acadêmica, a desinformação** e, em relatório ainda não publicado, a **liberdade de imprensa e segurança de jornalistas na era digital**. A particularidade desses documentos é fazer um estudo amplo sobre o tema analisado, abordando a proteção jurídica internacional do direito ameaçado, bem como as pesquisas que têm sido produzidas por diferentes atores globais sobre a situação concreta (o “estado da arte”) daquele direito nas diferentes realidades locais observadas.

Em 2020, foi submetido o relatório sobre a liberdade acadêmica à **Assembleia Geral** e ao **Comitê de Direitos Humanos** da ONU. Para embasá-lo, a Relatoria consultou organizações não governamentais (ONGs) e especialistas sobre o tema e encomendou estudos e pareceres a organizações como Scholars at risk (que será abordada adiante), Artigo 19 (da extensão do Brasil), Media Matters for Democracy (Paquistão), Foundations for Individual Rights in Education - FIRE (mencionada acima), Maat for Peace, Development and Human Rights (Turquia), Medical Academy and Care (Alemanha), Elizka Relief Foundation (Etiópia), Free Speech Unione LGB Alliance (Reino Unido).

A Relatoria da ONU sobre liberdade de opinião e expressão não pretende propor metodologias inovadoras ou uma sistematização exaustiva de categorias analíticas sobre as possíveis formas de monitoramento dos ataques à liberdade acadêmica. Parte do diagnóstico de que a liberdade acadêmica está em risco no mundo e sustenta tal afirmativa a partir das contribuições empíricas globais de vítimas e ativistas de direitos humanos. Sua análise aplica parâmetros construídos a partir da interpretação das normas internacionais de direitos humanos para chegar a uma avaliação de seu cumprimento e recomendações para melhoria da efetividade dos direitos humanos. O relatório é composto de três partes, detalhadas a seguir.

Parte 1

Aparato jurídico internacional

A primeira investiga o **aparato jurídico internacional** protetivo à liberdade acadêmica, subdividindo-se em 1) delimitação da liberdade acadêmica; 2) proteções institucionais ao direito; 3) aproximações e diferenciações com a liberdade de expressão e de opinião; 4) exemplos de mecanismos regionais de proteção (*reinforcing*); 5) restrições legítimas.

Aspectos para avaliar violações

A **segunda parte** expõe, abstratamente, **os tipos de ameaças à liberdade acadêmica** e apresenta **três aspectos** para avaliar se estas violam ou não os direitos humanos, quais sejam, a) legalidade, b) legitimidade; c) necessidade e proporcionalidade (ver tabela 7).

TABELA 7

(Pt. I e II) - ONU | Report on academic freedom and the freedom of opinion and expression

Aparato jurídico internacional protetivo à liberdade acadêmica	Aspectos para avaliar os tipos de violações à liberdade acadêmica	Exemplos de violações à liberdade acadêmica
Para compreender o assunto, a relatoria aborda os principais pontos conceituais e empíricos da liberdade acadêmica no mundo, a partir dos estudos de especialistas, sendo eles: O sentido da liberdade acadêmica: sobrevoos pela literatura. 6. Proteções institucionais ao direito: sobrevoos pelas regulações. 7. Aproximações e diferenciações com a liberdade de expressão e de opinião. 8. Exemplos de mecanismos regionais de proteção (reinforcing). 9. Possíveis interferências e restrições legítimas.	Pergunta: A interferência na liberdade acadêmica é uma violação de direitos humanos? Para que não viole, a interferência deve sobreviver ao teste em três etapas. 1. Legalidade: a limitação ao direito deve estar prevista, de forma precisa e determinada, nas leis e demais medidas normativas. Medidas que não cumprem a legalidade são, em geral, devidas “à imprecisão e abertura excessiva à discricionariedade na sua aplicação pelas autoridades”. (pág. 13). 2. Legitimidade: o critério mais demandante, que fornece três parâmetros que se relacionam com o conteúdo da liberdade acadêmica. a) Autonomia institucional: há quatro formas principais de desrespeito à autonomia, sendo elas: 1) Regulamentação externa, em inobservância da liberdade de ensinar dos docentes, de programas e currículos de cursos e disciplinas, em geral, de forma a obstaculizar a discussão de temas políticos; 2) Restrição do conteúdo do discurso de qualquer participante do processo educacional, seja por meio da criminalização ou da rotulação de certos tópicos como imorais. 3) Interferência na seleção, nomeação e demissão de docentes e de lideranças administrativas e sindicais. 4) Gestão externa do processo de admissões e distribuição de bolsas com base, unicamente, em critérios políticos e de opinião pública. b) Tratamento discriminatório: restrições mais rigorosas voltadas a grupos específicos – geralmente unidos por algum aspecto identitário (raça, religião, orientação sexual, classe etc.). A discriminação pode ser expressa em medidas disciplinares, demissões, jubilações, canais de denúncia (ouvidorias) e, até mesmo, em ações judiciais. c) Penalidades e ações disciplinares: sanções que têm o efeito de diminuir a autonomia das IES e de produzir nos acadêmicos uma descrença com os seus trabalhos. Exemplos extremos são os atos de violência contra acadêmicos em geral. 3. Necessidade e proporcionalidade: “As restrições são desprovidas de necessidade e desproporcionais se, para atingir o objetivo legítimo que as justifica, não utilizam meios menos restritivos à liberdade ou, ainda, constituem-se uma interferência excessiva no direito à liberdade acadêmica”.	* Censura prévia; * Vigilância estatal por meio do monitoramento de materiais acadêmicos. * Comprometimento do direito à informação (por exemplo, pelo “acesso limitado a bibliotecas, restrições à publicação e investigação sobre certos tópicos, restrições à propriedade intelectual e limitações à capacidade de colaboração internacional dos acadêmicos”. * Restrições de acesso a internet em nome da segurança nacional e ordem pública. * Restrições a viagens, por meio de procedimentos.

Fonte: OHCHR, *Report on academic freedom and the freedom of opinion and expression*, 2020, págs. 19-22.
Disponível em: <https://www.ohchr.org/> (tradução livre e adaptação do LAUT).

Após apresentar esses critérios, o relatório exemplifica algumas medidas que falham nos testes acima mencionados, sendo elas a censura prévia; a vigilância estatal por meio do monitoramento de materiais acadêmicos; o comprometimento do direito à informação (por exemplo, pelo “acesso limitado a bibliotecas, restrições à publicação e investigação sobre certos tópicos, restrições à propriedade intelectual e limitações à capacidade de colaboração internacional dos acadêmicos”(pág.19); as restrições de acesso a internet em nome da segurança nacional e ordem pública; e, por fim, as restrições a viagens, por meio de procedimentos burocráticos estatais que dificultam a saída ou entrada nos países por motivos acadêmicos.

Parte 3

Promoção da liberdade acadêmica

Em sua terceira e última parte, o relatório faz recomendações para a **promoção da liberdade acadêmica a quatro atores**: os Estados membros, as organizações internacionais, as instituições acadêmicas e a sociedade civil organizada (ver tabela 8).

TABELA 8

(Pt. III) ONU | Report on academic freedom and the freedom of opinion and expression

Recomendações de políticas para a promoção da liberdade acadêmica a diferentes stakeholders

<i>Recomendações para os Estados-membros da ONU</i>	De modo geral, os Estados devem promover ações buscando promover o aspecto crítico das atividades acadêmicas que contribuem na solução de problemas diversos, melhorando a democracia e as liberdades individuais. Deve, no mínimo, se abster de ataques à comunidade acadêmica e protegê-la de ataques de terceiros. Para isso, algumas ações são: Revisar o quadro jurídico nacional (leis e políticas) que tratam de instituições de educação superior de forma que eventuais restrições respeitem as diretrizes expostas na tabela anterior. Evitar o uso de ferramentas de coerção (cortes orçamentários) a fim de conduzir a agenda de pesquisa das instituições. Não censurar instituições e acadêmicos por suas atividades extramuros. Garantir a autonomia institucional de órgãos que constituem a comunidade acadêmica, como as universidades e centros de pesquisa, reconhecendo a importância de mantê-los vibrantes para a concepção e recepção de novas ideias.
<i>Recomendações para organizações internacionais</i>	Órgãos do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, como a própria ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) devem assegurar a revisão periódica e universal de tratados que incluam, dentre outros direitos, a liberdade acadêmica. Além disso, devem se esforçar para estabelecer padrões normativos dos aspectos da liberdade acadêmica e de como identificar as violações.

Recomendações para instituições acadêmicas (privadas ou públicas)	Instituições acadêmicas com autogovernança devem: Respeitar os direitos de todos os membros de suas comunidades (docentes, estudantes, pesquisadores, funcionários e mesmo cidadãos que se envolvam pontualmente em atividades acadêmicas). Em especial, o direito à liberdade de opinião e expressão, incluindo à manifestação pacífica nos espaços acadêmicos. Garantir que os membros das comunidades acadêmicas tenham proteção contra coerção por terceiros, seja o Estado sejam grupos da sociedade. Isso exige, em particular, que as instituições se ergam em defesa dos membros de suas comunidades que enfrentam ataques ou restrições devido ao exercício de sua liberdade acadêmica.
Recomendações para a sociedade civil	A sociedade civil, especialmente membros de comunidades acadêmicas e seus defensores, é encorajada a articular reclamações de violação da liberdade acadêmica para organizações internacionais, como aos relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos, da UNESCO, de órgãos relevantes de tratados de direitos humanos e de outros órgãos regionais e internacionais.

Fonte: OHCHR, *Report on academic freedom and the freedom of opinion and expression*, 2020, págs. 19-22. <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a75261-report-academic-freedom-and-freedom-opinion-and-expression> (tradução livre e adaptação do LAUT).

Researching Academic Freedom - Guidelines and Sample Case Studies

Diferente da visão panorâmica das iniciativas anteriores, o **Global Public Policy Institute (GPPi)** e a **Friedrich-Alexander-Universität (FAU)** publicaram, em 2020, *Researching Academic Freedom - Guidelines and Sample Case Studies* (Pesquisando a liberdade acadêmica - parâmetros e estudos de caso) – estudo comparado movido pela ideia de que a liberdade acadêmica é essencial para a produção de pesquisa e inovação. O GPPi é um *think tank* independente e sem fins lucrativos que tem como missão aprimorar a governança global por meio de pesquisas, recomendações de políticas e debates. A FAU é uma universidade pública alemã, localizada nas cidades de Erlangen e Nuremberg, preocupada com o “estado da arte” e a proteção da liberdade acadêmica.

O projeto resultou em um livro que propõe diretrizes de pesquisa (Research Guidelines) e apresenta estudos de casos de quatro países (Irlanda, Brasil, Rússia e Egito), elaborados a partir de diretrizes que levam em conta sete aspectos (ver tabela 9).

TABELA 9

GPPi - Researching Academic Freedom

- Guidelines and Sample Case Studies

Diretrizes para estudos de caso sobre liberdade acadêmica - GPPi e FAU University

Aspectos	Descrição (exemplos)
1. Proteção jurídica da liberdade acadêmica	→ A liberdade acadêmica é mencionada nas Constituições nacionais? Em caso afirmativo, como? → A liberdade acadêmica é mencionada nas legislações nacionais ou subnacionais relevantes sobre o ensino superior? → Existem decisões judiciais significativas relacionadas à liberdade acadêmica? Em caso afirmativo, as decisões foram aplicadas? → As recomendações ou tratados internacionais, incluindo princípios de liberdade acadêmica, estão referenciados na legislação do ensino superior?
2. Liberdade de pesquisar e ensinar	→ Quão livres são os acadêmicos para escolher e investigar suas questões de pesquisa? → Quem estabelece limitações éticas ou outras limitações à pesquisa? → Quão livres são os acadêmicos para elaborar seus currículos de ensino e ensinar seus cursos? → Quem determina os padrões curriculares ou outras limitações para o ensino? → A censura (incluindo censura oficial ou autocensura não oficial) ocorre? Em caso afirmativo, quais tópicos são censurados ou evitados? → Quais são as fontes de financiamento para a pesquisa acadêmica? Existe alguma discriminação entre os tópicos de pesquisa em termos de sua elegibilidade para financiamento? → Os estudantes ou professores são obrigados a participar de cursos obrigatórios seguindo uma certa ideologia?
3. Liberdade de trocar e divulgar o conhecimento acadêmico	→ Os professores e estudantes têm acesso sem censura à literatura científica e outros materiais de pesquisa? → Os acadêmicos são livres para conhecer e colaborar com outros acadêmicos, tanto a nível nacional como internacional? → Existem incentivos ou oportunidades de financiamento para o intercâmbio acadêmico internacional? → Existem restrições quanto à publicação de resultados de pesquisa impostas de fora da comunidade acadêmica? → Os acadêmicos são livres para divulgar seus resultados de pesquisa para audiências fora da comunidade acadêmica?
4. Autonomia institucional e governança	→ Quão autônomas são as instituições de ensino superior para decidir sobre sua organização interna? → Professores e estudantes participam da governança institucional das universidades de forma significativa? → As instituições de ensino superior podem decidir de forma independente sobre a alocação interna de seus recursos? → Os processos de recrutamento nas universidades são transparentes, baseados no mérito e livres de interferência de atores não acadêmicos? → As políticas de admissão de estudantes nas universidades são transparentes, baseadas no mérito e livres da interferência de atores não-acadêmicos?

5. Integridade dos campi universitários	→ Existem forças de inteligência ou de segurança, incluindo milícias ou outros grupos violentos, presentes no campus? → Existem ferramentas de vigilância - como vigilância digital, informantes - presentes nas instituições de ensino superior? → Existem ataques violentos ou verbais contra professores, estudantes ou universidades que visam perturbar a vida acadêmica no campus? → Alguma universidade foi (parcial ou totalmente) fechada por razões políticas? → Até que ponto as autoridades universitárias
6. Variações regionais e disciplinares	→ Existem exigências regulatórias que são aplicadas assimetricamente em diferentes universidades ou disciplinas? → Certas disciplinas são mais afetadas por interferência indevida ou autocensura do que outras? → Algumas instituições são menos autônomas do que outras? → As diferenças subnacionais, se existentes, estão ligadas a certos determinantes geográficos, eventos particulares no passado, ou ao tipo de instituição (públicas, privadas, religiosas, seculares)?
7. Esforços para promover a liberdade acadêmica	→ Existem iniciativas para promover a liberdade acadêmica? → As agências estatais, organizações científicas, sindicatos ou grupos de defesa são publicamente ativos na questão da liberdade acadêmica? → Os esforços internacionais para promover ou proteger a liberdade acadêmica por organizações regionais ou internacionais são apoiados por agências nacionais? → O governo tem se engajado ativamente com outros países para promover a liberdade acadêmica em outros lugares?

Fonte: Kinzelbach, Katrin (Org.). *Researching Academic Freedom. Guidelines and Sample Case Studies*. Erlangen: FAU University Press. 2020, p.11-24. Disponível em: https://www.gppi.net/media/Kinzelbach_2020_Researching_Academic_Freedom-Book.pdf (tradução livre e adaptação do LAUT)

A partir dessas diretrizes e dos estudos de casos, o estudo chegou a diagnósticos e recomendações para a proteção da liberdade acadêmica nas nações citadas, e também possibilitou a elaboração de parâmetros que podem ser aplicados em outros países para o monitoramento da liberdade acadêmica.

No Brasil, o estudo de caso foi produzido pelo **Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo – LAUT**, que descreveu um cenário diverso de medidas governamentais contra a liberdade acadêmica (entre cortes orçamentários, tentativas de mudança regulatória, medidas de aparelhamento ideológico, discursos de ameaça, etc.). A análise se baseou principalmente em eventos reportados pela mídia e por iniciativas da sociedade civil, além de informações de um estudo (survey) preliminar respondido por 58 acadêmicos para acessar as suas percepções pessoais sobre o impacto das pressões do governo no exercício da atividade acadêmica. Em 2022, o relatório sobre o estado da liberdade acadêmica no Brasil foi atualizado e publicado em português, no livro “Assédio Institucional no Brasil: Avanço do Autoritarismo e Desconstrução do Estado” (capítulo 5: Liberdade Acadêmica no Brasil: Estudo de Casos e seus Desdobramentos Recentes, págs. 212-262).

Investigações *sobre* aspectos do ambiente acadêmico

Enquanto alguns monitoramentos têm por objeto central analisar diversos aspectos componentes da liberdade acadêmica, outros focam em aspectos que colaboram para uma visão mais aprofundada da liberdade acadêmica no mundo. São exemplos os estudos sobre a liberdade de expressão nos campi universitários e sobre a condição de trabalho de pesquisadores pós-graduandos, como os desenvolvidos pela **Fundação pelos Direitos Individuais na Educação - FIRE** e pela **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**, a seguir expostos.

The College Free Speech Rankings

Uma dessas iniciativas é realizada pela **Fundação pelos Direitos Individuais na Educação - FIRE** (*Foundation for Individual Rights in Education*), organização sem fins lucrativos que tem por objetivo defender e promover os direitos individuais de docentes e discentes universitários dos Estados Unidos da América (EUA). Fundada por um professor universitário e por um advogado, A FIRE atua tanto no âmbito judicial, por meio de litígio estratégico e consultorias jurídicas, como no âmbito acadêmico e esfera civil, a partir da realização de pesquisas e estudos.

Entre outros trabalhos, produz o *[The College Free Speech Rankings](#)*, que avalia e compara a percepção de estudantes graduandos sobre a liberdade de expressão nos campi universitários dos EUA. Os resultados desta pesquisa compõem um ranking da cultura de liberdade de expressão das universidades privadas estadunidenses, que são classificadas da “mais aberta” a “mais fechada” em termos de liberdade de expressão estudantil.

A iniciativa, de abrangência nacional, se baseou em **cinco critérios** para mensurar a **percepção estudantil sobre a liberdade de expressão nos campi universitários**: abertura (*openness*), tolerância (*tolerance*), auto-expressão (*self-expression*), apoio administrativo/universitário para a liberdade de discurso (*administrative support for free speech*), e a avaliação das propostas escritas de cada universidade a partir da existência, ou não, de compromissos normativos com a liberdade acadêmica (*speech code rating*).

O principal método utilizado para a construção do ranking foi a aplicação de um questionário para quase 20 mil alunos de 55 universidades privadas dos EUA, com perguntas sobre os cinco critérios adotados. Para os quatro primeiros, as perguntas acompanham opções de resposta sobre diferentes graus de percepção da liberdade de expressão nos campi universitários, tendo por base temas considerados sensíveis. A exemplo do critério da *abertura*, que visou capturar a disposição dos alunos a terem uma discussão considerada ‘difícil’ nos campi, o *survey* perguntou:

Pergunta

Alguns estudantes dizem que pode ser difícil ter discussões sobre certos assuntos nos campi. Quais dos assuntos a seguir, se é que algum, você diria que são difíceis de ter uma discussão aberta e honesta no seu campus?

1. Aborto; 2. Ações afirmativas; 3. Feminismo; 4. Controle de armas;
5. Imigração; 6. Conflito Israel-Palestina; 7. Raça; 8. Questões transgêneras.

(FIRE, 2020 *College Free Speech Rankings*, 2020, pág. 7)

As respostas receberam 1 ponto para cada assunto sobre o qual os estudantes não consideraram difícil ter uma discussão aberta e honesta, possibilitando, portanto, o placar máximo de 8 pontos, que equivaleria ao ambiente universitário mais livre para discussões envolvendo questões ‘difíceis’.

Já o último critério, de acordo com parâmetro desenvolvido pela própria FIRE (*speech code rating*), a organização verificou nas políticas escritas das universidades a existência ou não de compromissos normativos em relação à liberdade de expressão dos estudantes. A partir dos resultados observados, a FIRE classificou as propostas escritas em um dos quatro níveis possíveis:

Alerta, quando a política de uma universidade privada claramente prioriza outros valores do que um compromisso com a liberdade de expressão (pontuação -1);

Sinal Vermelho, quando a instituição tem pelo menos uma política que claramente e substantivamente restringe a liberdade de expressão (pontuação -1);

Sinal Amarelo, quando instituições têm políticas que restringem uma quantidade mais limitada da liberdade de expressão, ou pelo caráter vago da política, poderiam ser facilmente usadas para restringir a proteção da liberdade de expressão (pontuação 0);

Sinal Verde, quando as políticas institucionais não ameaçam a liberdade de discurso, embora essa categoria não indique necessariamente que a instituição ativamente apoia a liberdade de expressão (pontuação 1). (FIRE, 2020 *College Free Speech Rankings*, 2020, pág. 9)

De forma simplificada, o placar geral das universidades no ranking criado pela FIRE foi a somatória dos placares dos cinco critérios avaliados, indicando o nível de respeito das universidades em relação à liberdade de expressão a partir da perspectiva estudantil universitária.

Nos resultados de 2021, a pesquisa apontou que oito em cada dez estudantes entrevistados relataram auto-censurar seus pontos de vista em suas universidades pelo menos em parcela de seu tempo. Além disso, dois terços dos entrevistados consideraram ser minimamente aceitável silenciar alguém a depender do teor do discurso proferido por essa pessoa – as respostas mais comuns apontaram casos considerados discurso de ódio. Os entrevistados também demonstraram grande preocupação em expressar opiniões impopulares sobre “temas controversos”, a exemplo de aborto, conflito Israel-Palestina e questões transgêneras (pág.39).

Reducing the precarity of academic research careers

Ainda no rol de ações que monitoram e propõem soluções para um aspecto específico da liberdade acadêmica, a **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** desenvolveu um documento com recomendações (*policy paper*) para informar e propor soluções aos países membros no que tange às condições de trabalho de pesquisadores de pós-doutorado. *Reducing the precarity of academic research careers* (Reduzindo a precariedade das carreiras de pesquisa acadêmica) foi escrito pelo Comitê de Política Científica e Tecnológica da OCDE em maio de 2021, no contexto da pandemia decorrente da covid-19.

O diagnóstico apresentou uma problemática de práticas comuns a diversos países ao lidar com a profissionalização da carreira científica, e apontou que tais padrões são, em geral, prejudiciais às pessoas, à ciência e à democracia. Nesse contexto, o documento deu atenção a um grupo denominado de ‘precariado da pesquisa’ (*research precariat*), que é definido como o corpo de pesquisadores de pós-doutorado cujo vínculo empregatício tem prazo determinado, ou seja, sem perspectiva de emprego permanente ou contínuo na sua área de expertise (pág.8). Desse modo, o relatório buscou explorar os fatores que influenciam a precariedade, os seus efeitos e as iniciativas políticas que estão em curso para lidar com ela. O resultado é tanto um diagnóstico da situação empregatícia dos pesquisadores pós-doutorandos, quanto um conjunto de recomendações práticas de políticas para o governo, financiadores e fornecedores de pesquisa para abordar um dos desafios mais importantes da ciência – o futuro e a qualidade de sua força de trabalho (pág.4).

Para tal, a OCDE se valeu de três principais métodos de pesquisa. O primeiro consistiu na revisão da literatura acadêmica e política sobre os principais motivos da piora das condições de trabalho dos pesquisadores, a fim de elaborar um quadro conceitual e orientar a próxima etapa da pesquisa (pág.14-22). O segundo foi o acesso a fontes primárias, como dados e políticas públicas sobre as condições do trabalho acadêmico nos países membros da OCDE, para obter um retrato acerca dos diferentes desafios e iniciativas políticas de cada localidade. Foram utilizadas informações fornecidas pelos países analisados acerca de políticas e práticas institucionais direcionadas à profissão acadêmica (*country-notes*), bem como foram realizadas entrevistas com atores (*stakeholders*) relevantes.

O último passo foi sistematizar recomendações gerais de políticas de melhoria da precarização acadêmica. Para cada recomendação, a OCDE forneceu opções práticas de políticas que são mais ou menos apropriadas às particularidades nacionais e regionais de cada país membro, podendo ser encampadas pelos diferentes atores (*stakeholders*) envolvidos na profissionalização da carreira acadêmica – governos, agências/financiadores de pesquisa e fornecedores de pesquisa – incluindo universidades. Nessa parte, as proposições se nortearam por três objetivos principais, a partir dos quais nove recomendações gerais foram formuladas e, para cada uma delas, seguiram-se políticas práticas de execução (ver tabela 10).

TABELA 10

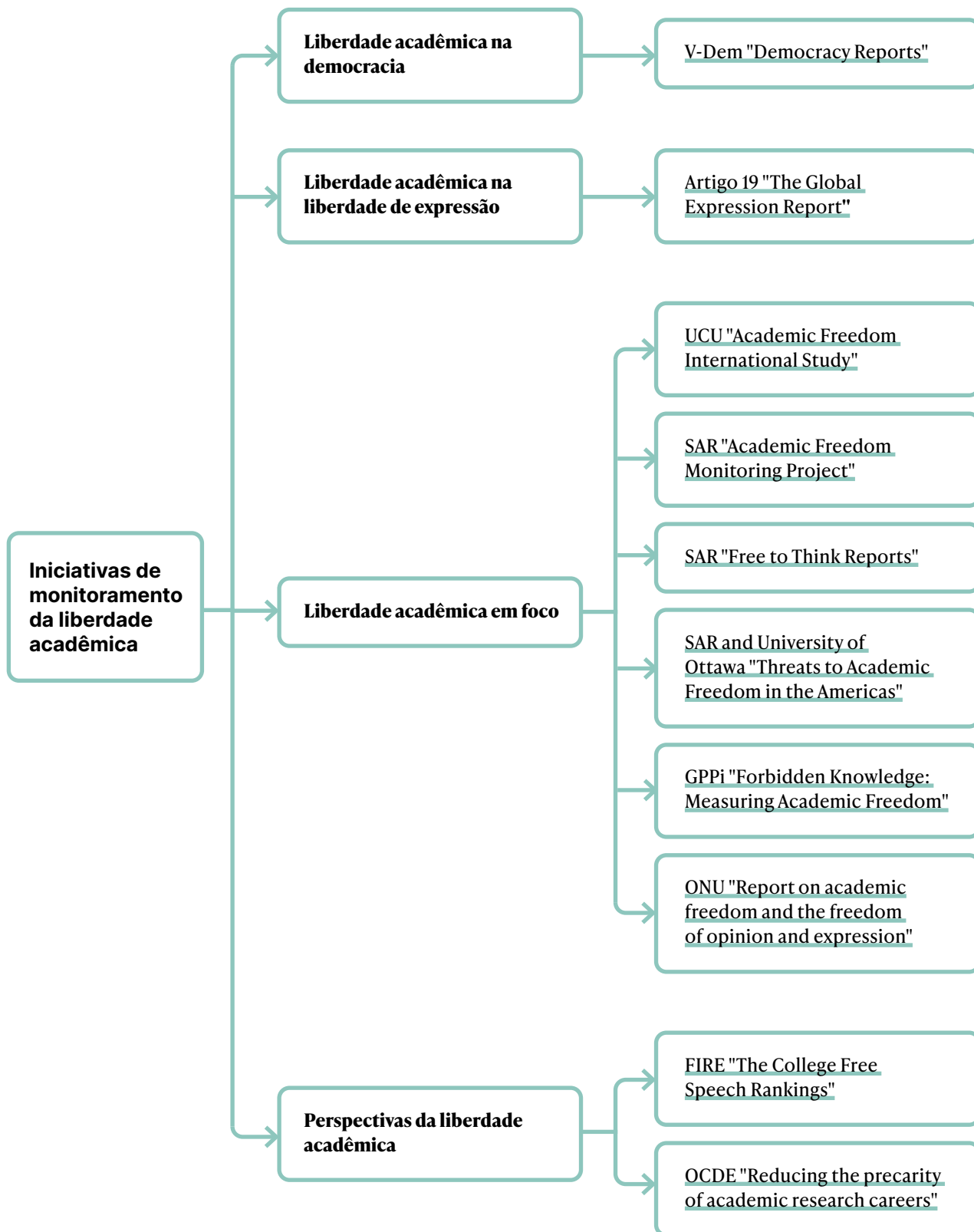
OCDE | Reducing the precarity of academic research careers

Redução da precariedade precariedade das carreiras de pesquisa acadêmica - OCDE

Principais objetivos	Recomendações gerais
→ <i>Melhorar o bem-estar dos pesquisadores</i> → <i>Promover inclusão e diversidade</i> → <i>Melhorar a qualidade da ciência</i>	1. Melhoria das condições de trabalho e oferta de perspectivas de carreira mais transparentes, previsíveis e flexíveis.
	2. Oferecimento de desenvolvimento profissional amplo durante o treinamento de pós-doutorado.
	3. Promoção de oportunidades iguais, diversidade e inclusão nas carreiras de pesquisa, identificando e abordando os preconceitos e desafios existentes.
	4. Estabelecimento de vínculos apropriados entre a avaliação, o financiamento da pesquisa e os objetivos de política de gestão de recursos humanos.
	5. Aprimoramento das práticas institucionais de gestão de recursos humanos em pesquisa.
	6. Promoção da mobilidade intersetorial de pesquisadores.
	7. Apoio da mobilidade internacional de pesquisadores.
	8. Desenvolvimento de base de dados sobre a profissionalização da pesquisa acadêmica.
	9. Inclusão de todas as partes interessadas relevantes na governança e coordenação das carreiras de pesquisa para garantir uma ação sistêmica e concertada.

Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). *Reducing the precarity of academic research careers*. N.113, 2021, 68p. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/reducing-the-precary-of-academic-research-careers_0f8bd468-en;jsessionid=Fjx6OhHQLIBJ1AAWIZNoEoOh.ip-10-240-5-147 (tradução livre e adaptação do LAUT)

Visão geral dos estudos analisados



Realização

LAUT

 laut.org.br

 @Laut_br

 @laut-org

 @Laut.org

 @Laut_br

apoio

samambaia
FILANTROPIAS